## Missão de Sarney faz lembrar a de Portella

Iara Alencar da Editoria de Política

O presidente nacional do PDS, senador José Sarney (MA) afastou, ontem, qualquer semelhança entre a missão que lhe foi desti-nada pelo Planalto — de obter um bom nível de diálogo entre as forças que estarão representadas no Congresso a partir de março com a chamada missão Portella. Para o dirigente pedessista, a realidade do país hoje é outra, quando a missão Portella tinha uma tarefa maior, ou seja, a de viabilizar o processo de transição do regime autoritário para a nor-malidade democrática do qual foi a "pedra angular", na opinião de políticas e juristas.

Sarney, contudo, reconhece a necessidade de se manter o diálogo com setores representativos da classe política e até da sociedade civil, recurso esquecido pelos dirigentes governistas pós 64 e que voltou à tona com o ex-ministro Petrônio Portella.

O primeiro vice-presidente do PDS, deputado Homero Santos (MG), contudo, apesar de reco-nhecer diferenças de "estilo" entre políticos como Sarney e Petrônio Portella, acredita que, no fundo, o parlamentar maranhense tem quase a mesma missão; o fortalecimento da classe política e um esforço conjunto para se chegar ao projeto de democracia. **OPOSICAO** 

Dirigentes de oposição como o líder do PDT na Câmara, Alceu Collares (RS), no entanto, fazem restrições ao diálogo e conversações que vêm sendo mantidos entre o presidente do PDS e representantes das forças oposicionistas e alguns segmentos da

sociedade.

 O que me parece — diz
Collares — é que o poder de decisão não se insere hoje na atividade partidária. Qual a faixa de autonomia dada pelo Palácio do Planalto ao senador José Sarney? O ex-ministro Petrônio Portella tinha definida a sua linha de atuação e sobre ela estava autorizado a tomar deci-sões, pois gozava de credibilidade e confiança junto aos mais altos mandatários da Nação. Não me parece ser essa a realidade do atual presidente do PDS, que, como o seu partido, tem um grau de de-pendência muito grande das determinações do Planalto.

Além do mais, o líder do PDT na Câmara acredita que negociações agora sobre composição da futura Mesa do Congresso, eleição do presidente da República, dentre outras, "apenas levantam uma cortina de fumaça para encobrir a crise sócio econômica por que passa o país". Ele defende uma outra missão para o senador José Sarney e as lideranças governistas:



Portella contribuiu para a anistia

a abertura de canais de comunicação entre a classe civil e militar, com a união de todas as forças sociais para uma grande discussão nacional a respeito dos recursos que devem ser perseguidos para superar o momento de crise.

Frisou Collares que não se trata de uma proposta de "união na-cional" defendida pelo governador eleito Tancredo Neves, "por que esta ocorreria com a ação das cúpulas". Mas sim, salientou, uma discussão aberta entre os donos do Poder e a sociedade civil.

**SEMELHANÇAS** 

Já o deputado Alcir Pimenta (PMDB-RJ) — derrotado nas eleições de novembro, apesar de ter sido um dos deputados mais atuantes dessa Legislatura — admite algumas semelhanças entre as propostas de conciliação e de acordo interpartidário pregadas por Sarney, com a missão Portella. Lembra que embora no terreno político a situação seja hoje mais suave (o que não ocorria no periodo "Portella") o governo passou a enfrentar uma outra crise, agora na área econômica. Para superar essa situação, surgiu a necessidade de restabelecer um diálogo mais amplo com as oposições, com vistas a dividir com estas a responsabilidade pelo momento de crise, já que 10 oposicionistas deverão dirigir os mais importantes Estados da Federação.

Acentuou, no entanto, que quando Petrônio Portella iniciou sua missão, o pais vivia a sua pior

crise politica tendo o governo sentido a necessidade de fazer de um lider civil o seu porta-voz junto a setores mais representativos da comunidade. Embora a realidade hoje seja outra, o parlamentar fluminense acredita que caberá ao presidente do PDS uma missão semelhante, desobstruir todos os canais para que o governo não encontre empecilhos de ordem politica na condição do seu "modelo econômico e do seu projeto de abertura"

Afinal, mesmo conquistando uma folgada maioria de dois terços dos votos do Senado (46 contra 23 senadores das oposições) o partido do governo precisará fazer concessões e barganhas políticas para a aprovação de qualquer projeto do seu interesse na Camara.

## SITUAÇÃO

Com uma futura Câmara composta por 479 deputados, o PDS precisaria contar com o apoio da maioria absoluta, 240 deputados, (metade mais um) para aprovação de matérias que atendam às necessidades do partido e às determi-nações do Executivo. Com uma bancada que não deverá ultrapassar o número de 231/232 deputados, o partido do governo vai ter de compor com algum partido de oposição para conseguir o apoio de mais oito ou nove deputados que lhe garantam o quórum majoritário para aprovação de qualquer oposição polémica.

Facilitar esses futuros entendimentos, reconhecem os líderes partidários, "é a grande missão" atribuída ao senador Sarney no âmbito do Congresso. Ademais, num regime democrático — ou que a este se propõem - é imprescindivel que o Executivo governe com base parlamentar que lhe dê maioria no Congresso, mesmo que o seu partido de sustentação não tanho assecuente de constanto de sustentação não tanho assecuente de constanto de tenha assegurada essa maioria.

Por outro lado, o instituto do decurso de prazo torna se ineficaz quando o governo não é detentor de uma maioria legislativa nas duas Casas do Congresso, ou não se compõe para se chegar a ela. Até agora, quando uma matéria deixou de ser votada, assim ocorreu em razão de o governo ter manipulado a ausência da sua maioria, o que se não mais dará caso as oposições coligadas venham a se constituirem forças majoritárias na Camara, o que seria possível com a soma de votos dos deputados do PMDB, PDT, PTB e PT.

Dessa forma, provavelmente se chegaria a um impasse. Os projetos de autoria do Executivo que não atendessem às oposições seriam derrubados na Câmara, Rejeitados nessa Casa, sequer chegariam ao Senado onde o governo conservará, ainda de forma mais folgada, a sua maioria.